

Para compreender o mecanismo de formação dos chamados «derivados regressivos»

Alexandra Soares Rodrigues
Escola Superior de Educação
Instituto Politécnico de Bragança

0. Introdução

O presente trabalho pretende reavaliar o processo de formação dos substantivos deverbais a que a gramática tradicional chama “derivados regressivos” e que aqui designaremos por “postverbais”.

Devido ao facto de os postverbais não serem sufixados derivacionalmente e de o português também prever a formação de verbos denominais sem o auxílio de sufixos derivacionais, proporemos alguns critérios que contribuam para a distinção entre um postverbal e um substantivo derivante de um verbo, ou seja que permitam estabelecer a direccionalidade $V > S$.

1. Derivação regressiva

1.1 Conceito e pressupostos

Os manuais de Gramática Tradicional como Cunha & Cintra, 1991, Said Ali, 1964, Areal, 1995, Bragança, 1977 e Figueiredo & Ferreira, 1979 concebem, dentro dos processos de formação de palavras, a existência da chamada “derivação regressiva”. De acordo com a própria designação, os produtos lexicais formados regressivamente resultarão de um encurtamento operado sobre o vocábulo base, o que acarretará que formalmente o derivado seja mais curto do que o derivante. Assim, substantivos derivados de verbos como *uivo* (< *uivar*), *arranjo* (< *arranjar*), *confronto* (< *confrontar*), enquanto encarados no conjunto dos derivados regressivos, são tidos como resultantes de mecanismos opostos àqueles que dão génese a outros substantivos, também deverbais, descritos como derivados por sufixação como *conhecimento* (< *conhecer*), *folgança* (< *folgar*), *focagem* (< *focar*), *deslobalização* (< *deslobalizar*).

A inclusão dos primeiros deverbais na classe heterogénea da derivação regressiva acarreta, no entanto, alguns problemas que partem, exactamente, dos próprios pressupostos da derivação regressiva. São esses pressupostos que passaremos agora a observar através das palavras de Said Ali, 1964, 256:

«Consiste a derivação [...] em formar um vocábulo nôvo adicionando a outro vocábulo ou a seu radical um prefixo ou um sufixo. O termo derivado resulta da

ampliação do termo derivante. [...] Além deste processo normal, existe outro, o da derivação regressiva, em que se faz exatamente o contrário, obtendo-se a palavra nova, não por adição, mas por subtração do elemento formativo. Dá-se êste fenômeno por um erro de raciocínio. O termo preexistente é realmente primitivo, mas produz a impressão de ser derivado por causa da sua semelhança com outros vocábulos que, por sua vez, são derivados; e assim, vai-se-lhe crear um suposto termo derivante à guisa dos derivantes destoutros vocábulos.»

Do texto de Said Ali conclui-se que a derivação regressiva é encarada como um processo originado num “erro de raciocínio”. Esse erro de raciocínio é operado na mente do falante devido ao estabelecimento de analogias entre vocábulos básicos e vocábulos derivados formalmente semelhantes. Exemplificando, existindo um verbo derivado como *azeitar* cuja base é o substantivo *azeite* e havendo no português verbos básicos (*jantar, morder*) sem relação com substantivos dos quais pudessem derivar, o falante sente necessidade de criar os supostos derivantes nominais desses verbos básicos (*janta, mordo*). Esses supostos derivantes, que, na verdade, são derivados, são formalmente mais curtos do que os verbos correlatos, obedecendo aos parâmetros da derivação que implicam, recordando Said Ali, que «*O termo derivado result[e] da ampliação do termo derivante*».

Esta descrição da formação dos postverbais suscita, de imediato, duas objecções.

A primeira diz respeito à consideração de que há um envolvimento activo, no sentido de consciente, por parte do falante na formação de palavras. Embora o falante comum possa tecer relações lexicais entre um substantivo e um verbo cognatos, como *janta/jantar, azeite/azeitar*, dificilmente estabelecerá direccionalidades derivacionais entre os membros de cada par.

A segunda tem que ver com uma visão superficial dos vocábulos em jogo. Aparentemente, o lexema base é mais extenso do que o seu produto, porque se toma como derivante a forma do infinitivo verbal.

1.2 – Os “derivados regressivos” deverbais não são regressivos

A construção dos postverbais pressupõe, de acordo com a explicação regressivista, duas operações distintas:

a) uma operação de subtracção da vogal temática e do morfema de infinitivo verbais exercida sobre a forma base:

morder > mord-

uivar > uiv-

cortar > cort-;

b) uma operação de adição de um marcador de classe à base já encurtada:

mord + o

uiv + o

cort + e.

A inclusão da vogal temática do verbo no conjunto dos segmentos a elidir através do processo regressivo e consequente necessidade de conceber a adição posterior do marcador de classe para a obtenção do substantivo deve-se à constatação de que não há total coincidência entre os dois índices temáticos do verbo e do substantivo, conforme observável nos exemplos acima transcritos.

A gramática tradicional, contudo, não faz referência a este facto, o que enfatiza que o carácter regressivo imputado ao processo tem origem na estrita avaliação da dimensão dos significantes do derivante e do derivado.

Uma outra incongruência a destacar no modo como a gramática tradicional concebe a formação de palavras reside no facto de, para os substantivos deverbais sufixados, não se fixar como derivante a forma do infinitivo verbal, mas sim a forma do tema. Assim:

desglobaliza + ção

conheci + mento.

Se não há vestígios do morfema do infinitivo no substantivo postverbal, assim como não os há nos deverbais sufixados apresentados, então é necessário redelimitar a base de formação dos postverbais e redefinir o processo por que são engendrados.

O morfema do infinitivo, porque não observável no produto postverbal, tem de ser entendido como os restantes morfemas modo-temporais do sistema verbal do português – como um morfema flexional, logo exterior à derivação (Corbin, 1987, 124-125 e Kerleroux, 1997, 164). A sua saliência do conjunto dos morfemas flexionais indicadores de modo-tempo deve-se ao facto de constituir a forma citacional dos verbos na tradição gramatical das línguas modernas ocidentais. No entanto, essa função é meramente convencional. Recorde-se, por exemplo, que em latim o verbo é citado não através da forma do infinitivo, mas da forma da primeira pessoa do singular do presente do indicativo.

Se o morfema de infinitivo não é integrável no conjunto das formas do *input* da morfologia derivacional e se não há paralelismo entre o índice temático do verbo e o marcador de classe do substantivo dele derivado, então a forma base é o radical verbal. A esse radical agrega-se posteriormente um marcador de classe cuja função consiste, basicamente, em integrar paradigmaticamente o derivado no conjunto dos substantivos e em permitir a sua actualização lexical (Herculano de Carvalho, 1984, 530-532).

2 – Critérios para dilucidar a direcionalidade V>S

O facto de os postverbais não conterem um sufixo derivacional não está apenas na génese da sua classificação como regressivos, mas também numa outra dificuldade da compreensão do seu funcionamento. Referimo-nos à dificuldade de compreender se um dado substantivo que mantém uma relação derivacional com um verbo é derivado ou derivante desse verbo. Ou seja, perante dois mecanismos genolexicais – S > V e V > S – que não actuam através de um aumento, com a agregação de um afixo, da extensão do significante do derivado, como reconhecer qual dos dois interveio na relação derivacional entre um substantivo e um verbo?

Observemos os seguintes exemplos:

vacina/vacinar

rato/ratar

regimento/regimentar

aboquejo/aboquejar

embarque/embarcar

júbilo/jubilar

enxofra/enxofrar

Como reconhecer os pares em que o substantivo é um derivado postverbal do português?

Para essa tarefa concorrem vários critérios que devem ser utilizados conjuntamente. Começaremos por observar os mais formais, porque mais salientes, que permitem desde logo uma primeira filtragem dos pares em análise.

2.1 Critérios morfofonológicos

2.1.1 A acentuação

Observando o conjunto dos substantivos acima colocados, conclui-se que existe um deles a que se nega, imediatamente, o carácter de postverbal construído no

português. Referimo-nos a *júbilo*. *Júbilo* não é construído com base em *jubilare* porque não é, desde logo, um produto do português. Mesmo sem recorrermos ao auxílio de informações de carácter diacrónico que, aliás, corroboram esta informação, a presença, nesse substantivo, de uma acentuação esdrúxula revela o carácter [- construído] do lexema.

Júbilo não obedece à generalidade da acentuação apresentada pelos postverbiais que seguem a regra geral de acentuação dos N do português. Segundo essa regra, os substantivos e os adjetivos são acentuados na última sílaba do radical. Ora, a acentuação proparoxítone é, assim, de carácter [+ marcado], pois não se enquadra nos parâmetros acentuais descritos (Pereira, 1999). O acento proparoxítono está presente em dois tipos de situação (Mateus, 1975): (i) o vocábulo contém um sufixo esdrúxulo (*belíssimo*, *emblemático*); (ii) o vocábulo não foi construído em português (*âncora*). É este o tipo em que se enquadra *júbilo*¹, não sendo, pois, postverbal de *jubilare*.

A acentuação [+ marcada] permite excluir do conjunto dos postverbiais do português qualquer substantivo que a apresente. Contudo, isto não significa que qualquer substantivo com acentuação [- marcada] corresponda a um lexema construído no português e, muito menos, a um postverbal. Assim, outros critérios deverão ser utilizados para a resolução do problema.

2.1.2 Presença de afixos verbais no substantivo/presença de afixos nominais no verbo

Nos exemplos mencionados, estão presentes pares S/V cuja direcionalidade derivacional pode ser estabelecida através da análise das unidades morfológicas dos membros que compõem cada par. A presença de morfemas derivacionais em *regimento/regimentar*, *aboquejo/aboquejar* e *embarque/embarcar* possibilita a compreensão da relação entre cada S e cada V. Para isso é necessário ter presente o conjunto das operações afixais do português envolvidas, por um lado, na formação de verbos e, por outro, na formação de substantivos².

Se num determinado par S/V forem observáveis afixos actuantes na construção de verbos, então o verbo constitui a forma base e o substantivo o seu derivado. Em *aboquejo/aboquejar* e *embarque/embarcar*, constatamos o circunfixo *a...-ej-* e o

¹ *Júbilo* remonta ao latim tardio JŪBĪLUM, derivado de JUBILĀRE. *Âncora* tem origem em ANCŌRA (Cf. Corominas & Pascual, 1991).

² Para o estudo dessas operações, vejam-se Rio-Torto, 1993 e Rio-Torto, 1998.

prefixo *em-*, respectivamente. As duas unidades afixais comparecem apenas na formação de verbos e não na formação de substantivos. Assim:

boc-(a) > a-boqu-ej-(ar)

* *boc-(a) > a-boqu-ej-(o)*

barc-(o) > em-barc-(ar)

* *barc-(o) > em-barqu-(e)*

A impossibilidade das construções S > S deve-se à inexistência de paradigmas no português onde essas construções se pudessem inserir e à presença de estrutura argumental nos substantivos *aboquejo* e *embarque* que não a possuiriam se fossem denominais. *Aboquejo* e *embarque* são, pois, derivados de *aboquejar* e *embarcar* e não o oposto, já que a estrutura morfológica dos verbos evidencia que estes são morfológicamente anteriores aos substantivos e que a direccionalidade em causa é V > S. Assim:

boca > aboquejar > aboquejo

barco > embarcar > embarque

Por sua vez, *regimento/regimentar* representa uma formação de direccionalidade S > V. Essa direccionalidade é ostentada pela presença do sufixo *-ment-* nos lexemas do par. Este sufixo actua na formação de substantivos e não na formação de verbos:

regi-(do) > regi-ment-(o)

* *regi-(do) > regi-ment-(ar)*.

Assim, o substantivo *regimento* é morfológicamente anterior ao verbo *regimentar*, constituindo-se, pois, como seu derivante:

reger > regimento > regimentar.

Dilucidámos a direccionalidade de quatro dos pares propostos através da aplicação de critérios morfofonológicos. No entanto, os pares *vacina/vacinar*, *rato/ratar* e *enxofra/enxofrar* não exibem traços formais para que se disponibilize o mesmo tipo de critérios. A sua direccionalidade tem de ser solucionada através de critérios sintáctico-semânticos.

2.2 Critérios sintáctico-semânticos

2.2.1 Estrutura argumental

Observemos os exemplos:

(1) *A empresa construiu a casa em dois anos.*

- (1') *A construção da casa (pela empresa) durou dois anos.*
 (2) *O Rui enxofrou a vinha durante duas horas.*
 (2') *A enxofra da vinha (pelo Rui) durou duas horas.*
 (3) *O animal ratou a corda durante dois minutos.*
 (3') * *O rato da corda (pelo animal) demorou dois minutos.*
 (4) *A Ana vacinou o menino em dois segundos.*
 (4') *A vacinação do menino (pela Ana) demorou dois segundos.*
 (4'') * *A vacina do menino (pela Ana) demorou dois segundos.*

As frases (1'), (2'), (4') representam nominalizações das correspondentes (1), (2) e (4) e são gramaticais. As frases (3') e (4''), apesar de seguirem paradigmaticamente as anteriores, não resultam gramaticais. Esta agramaticalidade deve-se ao facto de os substantivos *rato* e *vacina* não possuírem estrutura argumental, o que os impede de funcionarem como predicadores. Pelo contrário, *construção*, *enxofra* e *vacinação* exercem nas frases a sua capacidade de predicação por deterem uma estrutura argumental inerente.

O que é que conduz a esta discrepância estrutural entre, por um lado, *rato* e *vacina* e, por outro, *construção*, *enxofra* e *vacinação*? A resposta está no carácter deverbal do segundo grupo por oposição ao carácter não-construído e, necessariamente, não deverbal do primeiro. *Construção*, *enxofra* e *vacinação* mostram capacidade predicativa porque a herdaram dos seus derivantes – os verbos *construir*, *enxofrar* e *vacinar* – que, pela sua natureza de predicadores, a detêm inerentemente³ (Tarvainen, 1987 e Grimshaw, 1990).

Assim, *enxofra* é postverbal de *enxofrar*, enquanto *rato* e *vacina* são derivantes de *ratar* e *vacinar* e não seus derivados.

Este critério permite, inclusivamente, resolver casos do tipo *enxofre/enxofra/enxofrar*. *Enxofra* é postverbal de *enxofrar*, o que é visível através da gramaticalidade da frase (2') que recordamos:

- (2') *A enxofra da vinha (pelo Rui) deu-se em duas horas.*

Por sua vez, *enxofre* não é postverbal de *enxofrar*, o que é salientado pela agramaticalidade de (2'')

³ A direccionalidade de *construir/construção* e de *vacinar/vacinação* não coloca dúvidas devido à presença do sufixo *-ção* que indica a deverbalidade dos substantivos. Colocámo-los nos exemplos para tornar mais óbvia a herança da estrutura argumental do verbo derivante por parte dos deverbais.

(2'') * *O enxofre da vinha (pelo Rui) deu-se em duas horas.*

Deste modo, num dado par S/V, a direccionalidade é V > S se o S apresentar capacidade predicativa.

2.2.2 As significações do postverbal

As significações de um determinado produto lexical são devedoras de estruturas semânticas presentes no seu derivante. Como tal, um postverbal deve reflectir semanticamente que é produto de um verbo.

A relação derivacional V > S mostra-se, no produto, através da acepção abstracta de 'acção de V'. Esta significação não se reduz a uma categoria aspectual oposta, por exemplo, a 'processo' ou a 'estado'. Representa antes a 'interpretação verbal' que o substantivo deverbal carrega, independentemente da classe eventiva do verbo base.

É este valor semântico de 'acção de V' que viabiliza a actualização do deverbal com a função predicativa analisada em 2.2.1 (Brito & Oliveira, 1997).

Contudo, para além dessa significação abstracta de 'acção de V', muitos postverbais encerram significações de cariz concreto (Rio-Torto, 1993 e Rio-Torto, 1997). Esses semantismos concretos não questionam, no entanto, o carácter deverbal dos substantivos, antes o enfatizam, visto serem projecções de determinados constituintes semânticos do verbo básico.

Por motivos de economia de espaço, não focaremos exhaustivamente todas as possibilidades de ocorrência de significações concretas dos postverbais nem todos os constituintes semânticos que lhe dão génese, mas referenciaremos apenas alguns exemplos que nos parecem esclarecedores.

Um processo de obtenção dos semantismos concretos está na topicalização de argumentos do verbo (Bordelois, 1993, Beniers, 1991, Lüdtke, 1976). Analisemos os exemplos:

(5) *A Ana abrigou o cão na garagem durante dez anos.*

(5') *O abrigo do cão (pela Ana) na garagem durou dez anos.*

(5'') *A garagem foi o abrigo do cão durante dez anos.*

Em (5), *na garagem* representa um argumento LOCATIVO do predicador *abrigar*. Em (5'), porque *abrigo* surge actualizado com a significação genérica de 'acção de V', *na garagem* continua a funcionar como LOCATIVO sob a predicação do postverbal. Nesta frase, *do cão* é um argumento (OBJECTIVO) de *abrigo*.

Em (5''), *abrigo* perde a função predicativa e adquire uma função referencial exercida sob a forma de 'lugar onde (se) V'. Neste caso, *do cão* não é um argumento, mas um complemento determinativo.

As diferentes significações de *abrigo* poderão ser mais facilmente distinguidas se comutarmos este postverbal por um substantivo básico (*casa*) desprovido de qualquer semantismo abstracto de 'acção'. Um substantivo desse tipo não pode ocorrer com função predicativa, mas apenas com função referencial:

(5'a) * *A casa do cão (pela Ana) na garagem durou dez anos.*

(5''a) *A garagem foi a casa do cão durante dez anos.*

Outras significações decorrem da topicalização do argumento AGENTE, pelo que se obtém a significação de 'aquele/aquilo que V' ((6'')):

(6) *A Ana visitou a Rita durante dez anos.*

(6') *A visita da Rita (pela Ana) deu-se durante dez anos.*

(6'') *A Ana foi a única visita da Rita durante dez anos.*

O postverbal *visita* só é comutável por substantivo concreto quando ocorre com função referencial:

(6'a) * *A hóspede da Rita (pela Ana) deu-se durante dez anos.*

(6''a) *A Ana foi a única hóspede da Rita durante dez anos.*

Em (7'') podemos observar a significação de 'instrumento com que (se) V', decorrente da topicalização do argumento INSTRUMENTATIVO:

(7) *O João aguçou o lápis com um canivete.*

(7') *O João procedeu ao aguço do lápis com um canivete.*

(7'') *O canivete foi o único aguço de que o João dispôs para afiar o lápis.*

Aguço só aparece realizado com a significação concreta em (7''), onde pode ser comutado por substantivo concreto:

(7'a) * *O João procedeu ao instrumento do lápis com um canivete.*

(7''a) *O canivete foi o único instrumento de que o João dispôs para afiar o lápis.*

Ainda que apresente significações concretas, num par S/V o substantivo é postverbal se essas significações forem extensões de traços semânticos da base verbal.

3. Conclusões

1 – A concepção de “derivação regressiva” deverbal, tal como entendida nos textos de Gramática Tradicional, parte de uma análise superficial das unidades lexicais. A estrutura morfológica dos lexemas é avaliada pelas suas formas citacionais. Reavaliado o processo de formação dos postverbaís, conclui-se que não há activação de operações de subtracção de segmentos, o que implica a negação da regressividade do processo. A base de derivação não é a forma do infinitivo, mas o radical verbal.

2 – A direcionalidade derivacional entre substantivos e verbos correlatos cujos radicais apresentam a mesma extensão é dilucidada pela aplicação conjunta de critérios morfofonológicos e sintáctico-semânticos. Assim, num par S/V, o S será postverbal se: (i) o S apresentar acentuação [- marcada], (ii) o S não contiver afixação deverbal ou o V contiver afixação denominal, (iii) o S exercer função predicativa, (iv) o S ostentar significações que reflectem a herança verbal.

Bibliografia:

AREAL, Américo, 1995 – *Curso de português. Questões de gramática. Noções de latim*, Porto, Edições Asa, 8ª edição.

BENIERS, Elisabeth, 1991 – “Productividad morfológica y valencia” in *Nueva Revista de Filología Hispánica*, tomo XXXIX, pp. 707-736.

BORDELOIS, Ivonne, 1993 – “Afijación y estructura temática: -da en español” in VARELA ORTEGA, Soledad, 1993 – *La formación de palabras*, Madrid, Taurus Universitaria, pp. 162-179.

BRAGANÇA, António, 1977 – *Noções elementares de português fundamental*, Porto, Livraria Escolar Infante.

BRITO, Ana Maria & OLIVEIRA, Fátima, 1997 – “Nominalization, aspect and argument structure” in MATOS, Gabriela et alii, 1997 – *Interfaces in linguistic theory* (Selected papers from the International Conference on Interfaces in Linguistics, Porto,

November 13-17, 1995), Lisboa, Associação Portuguesa de Linguística/Edições Colibri, pp. 57-80.

CARVALHO, José Herculano de, 1984 – *Teoria da linguagem. Natureza do fenómeno linguístico e análise das línguas*, Vol. II, Coimbra, Coimbra Editora, 4ª reimpressão.

CORBIN, Danielle, 1987 – *Morphologie dérivationelle et structuration du lexique*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag.

COROMINAS & PASCUAL, 1991 – *Diccionario crítico etimológico castellano e hispánico*, Madrid, Editorial Gredos, 3ª reimpressão.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley, 1991 – *Nova gramática do português contemporâneo*, Lisboa, Edições Sá da Costa, 8ª edição.

FIGUEIREDO, J. M. Nunes de & FERREIRA, Gomes, 1979 – *Compêndio de gramática portuguesa*, Porto, Porto Editora.

GRIMSHAW, Jane, 1990 – *Argument structure*, Cambridge, London, The MIT Press.

KERLEROUX, Françoise, 1987 – “De la limitation de l’homonymie entre noms déverbaux convertis et apocopes de noms déverbaux suffixés” in *Silexicales. Mots possibles et mots existants* (Forum de morphologie; Actes du colloque de Villeneuve d’Ascq, 28-29 de Abril de 1997), n.º 1, pub. de l’U.R.A., 382 du C.N.R.S., Université de Lille III, pp. 163-172.

LÜDTKE, Jens, 1976 – “Sur les niveaux d’analyse des nominalisations prédictives” in *Cahiers de Lexicologie*, vol. XXVIII, n.º 1, pp. 51-59.

MATEUS, Maria Helena Mira, 1975 – *Aspectos de fonologia portuguesa*, Lisboa, Centro de Estudos Filológicos.

PEREIRA, Isabel, 1999 – *O acento da palavra em português. Uma análise métrica*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento (inérita).

RIO-TORTO, Graça Maria, 1993 – *Formação de palavras em português. Aspectos da construção de avaliativos*, Coimbra, Dissertação de Doutoramento (inérita).

RIO-TORTO, Graça Maria, 1997 – “Construção e interpretação: o exemplo dos nomes heterocategoriais” in *Sentido que a vida faz. Estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras, pp. 815-834.

RIO-TORTO, Graça Maria, 1998 – *Morfologia derivacional. Teoria e aplicação ao português*, Porto, Porto Editora.

RODRIGUES, Alexandra Soares, 2001 – *A construção de postverbais em português*, Porto, Granito Editores e Livreiros.

SAID ALI, Manuel, 1964 – *Gramática histórica da língua portuguesa*, São Paulo, Edições Melhoramentos, 3ª edição.

TARVAINEN, Kalevi, 1987 – “Semantic cases in the framework of dependency theory” in DIRVEN, René & RADDAN, Wünter, 1987 – *Concepts of case*, Tübingen, Gunter Narr Verlag, pp. 75-102.